



PERFIL DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROFILE OF EXTENSION ACTIONS AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ALCÂNTARA

FILHO, J. A. G. de¹

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**CAVALCANTE, S.
M. de A.²**

<https://orcid.org/0000-0002-0698-2485>
Universidade Federal do Ceará
(UFC)

RIOS, N. R. F.³

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**MARQUES, P. V.
da S. B.⁴**

<https://orcid.org/0000-0001-9645-9171>
Universidade Federal do Ceará
(UFC)

SOARES, V. C.⁵

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

RESUMO

O estudo objetiva traçar o perfil das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Ceará (UFC). Aborda a extensão universitária como um eixo indissociável do ensino e da pesquisa, essencial para o cumprimento da missão da Universidade Pública. Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, na qual foram analisadas planilhas publicadas pela Pró-Reitoria de Extensão, das quais foram extraídas informações sobre as ações de extensão no que tange às modalidades, áreas temáticas e campi de atuação. Os resultados obtidos indicaram a predominância da modalidade projeto, maior número de ações de extensão no Campus Porangabuçu e identificação da área temática Saúde como a mais presente nas ações de extensão da Universidade. Os resultados auferidos foram reproduzidos em tabelas e poderão ser utilizados pela gestão para guiar o planejamento das novas ações de extensão da UFC.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Extensão universitária. UFC.

ABSTRACT

The study aims to outline the extension actions profile developed at the Universidade Federal do Ceará (UFC). It approaches university extension as an inseparable axis of teaching and research, essential for the mission fulfillment of the public university. It is a descriptive, quantitative and documentary research, in which spreadsheets published by Pró-Reitoria de Extensão were analyzed, from which information about the extension actions was extracted regarding the modalities, thematic areas and fields of action. The results obtained indicated the predominance of the project modality, greater number of extension actions at the Porangabuçu Campus, and identification of the thematic area Health as the most present in the University's extension actions. The results obtained were reproduced and can be used by the administration sector as planning guide of new UFC extension actions.

KEYWORDS: Higher Education. Extension University. UFC.

1. Introdução

A extensão universitária constitui-se de um eixo indissociável do ensino e da pesquisa, essencial para o cumprimento da missão da universidade pública, e configura-se como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que possui a capacidade transformadora do vínculo entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012).

A Universidade Federal do Ceará (UFC), como instituição de ensino superior, vem sendo referência em sua atuação na tríade ensino, pesquisa e extensão. A extensão surge como o eixo que protagoniza a presença da universidade dentro da comunidade. Paula (2013) afirma que as práticas extensionistas representam cultura, prática e compromisso essenciais para a emancipação da universidade. Carbonari e Pereira (2007) apontam que, juntamente com a pesquisa e o ensino, as atividades de extensão possuem potencial para atender necessidades sociais e para a transformação efetiva da sociedade. As atividades extensionistas são realizadas sob diversas estratégias, nos mais variados cenários e para diversos atores sociais.

Contudo, a implementação das práticas extensionistas constitui-se um desafio. Diante da rigidez dos currículos e da pressa de docentes e discentes de cumprir a carga horária exigida, as ações de extensão realizadas na forma de programas, projetos, territórios e demais ações que extrapolam as salas de aula e laboratório são passos importantes para que as universidades superem o desafio de construir uma relação com a sociedade (DEUS, 2018).

Faz-se importante conhecer e dimensionar as ações de extensão realizadas pela universidade, de modo a comparar a produção extensionista das diversas áreas temáticas, possibilitando a formulação de políticas e propostas para fortalecimento e aprimoramento da extensão universitária da UFC em sua comunidade.

A realização de estudos na área é essencial para a compreensão da dimensão e do papel das ações de extensão realizadas pela universidade nos diversos contextos sociais nos quais ela está inserida. Essa compreensão faz-se necessária para o entendimento da repercussão das práticas extensionistas no tripé ensino-pesquisa-

extensão e serve de subsídio para a formulação de políticas, estratégias e alocação de recursos na área.

Diante desse contexto de importância da extensão dentro da tríade universitária e da necessidade de conhecer como ela se apresenta nos mais diversos contextos, surgiu a pergunta norteadora deste estudo: qual o perfil das ações de extensão realizadas na Universidade Federal do Ceará?

O estudo teve como objetivo geral identificar o perfil das ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade Federal do Ceará e como objetivos específicos elencar as ações extensionistas e classificá-las por *campi*; caracterizar as ações extensionistas quanto ao tipo e área temática e comparar as ações extensionistas desenvolvidas nas diversas áreas temáticas.

2. Extensão Universitária

Para compreendermos a importância atual da extensão universitária para as universidades e para a UFC, em especial, é imprescindível que conheçamos sua trajetória e sua atual caracterização.

Histórico da extensão

Apesar de as universidades existirem desde a Idade Média, a extensão universitária só teve suas primeiras atividades registradas em 1871, na Inglaterra. As primeiras atividades foram cursos de extensão nas áreas de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política ofertados pela Universidade de Cambridge para diferentes regiões e segmentos da sociedade inglesa (MIRRA, 2009).

As experiências positivas dos primeiros cursos de extensão foram rapidamente disseminadas por toda a Europa, chegando aos Estados Unidos em 1892, onde foi muito bem sucedida. A iniciativa conferiu prestígio e visibilidade nacional [...], levando o próprio presidente americano, Theodore Roosevelt, a sinalizar para o país aquele exemplo (PAULA, 2013).

No Brasil, como reflexo da criação tardia das próprias universidades, a extensão iniciou-se em 1911, na Universidade Livre de São Paulo, através de conferências e semanas abertas ao público (CARBONARI; PEREIRA,

2007). As atividades de extensão foram caracterizando-se como ações voltadas para educação continuada, educação para classes populares ou ações voltadas para prestação de serviços na área rural (NOGUEIRA, 2005).

Oficialmente, a extensão surgiu através do Decreto Federal 19.851/1931, Estatuto das Universidades Brasileiras, que estabelecia como objetivo da extensão a apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional (BRASIL, 1931).

A história da extensão universitária no Brasil pode ser separada em três fases: a das reformas de base e alfabetização, a dos movimentos sociais, e a tecnológica, sustentável e cidadã.

A primeira fase da extensão vai, cronologicamente, até 1964 e é marcada pelas ações de alfabetização das massas protagonizadas por Paulo Freire, que efetivou a participação da universidade nas comunidades através da alfabetização. Segundo Paula (2013, p. 13), foi por meio do Serviço de Extensão Universitária, da Universidade de Recife, “dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais”.

A segunda fase foi a do período da ditadura militar, de 1964 a 1985. Neste período, as ações de extensão buscaram mobilizar a população para as causas sociais. No conturbado momento político, a extensão deixa o enfoque de difusão de conhecimento e adota o “de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do país, procurando respostas que contribuíssem para a transformação social” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 1). A Reforma Universitária de 1968, ano do AI-5, através da Lei 5.540/68, retira a autonomia das universidades e a indissociabilidade passa a ser apenas entre ensino e pesquisa (BRASIL, 1968). Um exemplo de atuação extensionista do período foi o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, que mediante atividades culturais buscou levar às favelas e comunidades o esclarecimento, o protesto e a propaganda de uma nova sociedade possível (PAULA, 2013).

A terceira fase vai do pós-ditadura à atualidade. Seguindo a lógica de que todos os

fatos históricos mais recentes são mais difíceis de classificar em uma única vertente, aqui apresentamos duas principais necessidades da sociedade que a extensão busca contemplar: a continuidade das pautas sociais e defesa de direitos para cidadania, e demandas tecnológicas para o setor produtivo.

A extensão universitária ganhou forte consolidação com a criação, em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Foi com a união e diálogo dos pró-reitores que a extensão ganhou unidade conceitual, definição de objetivos e instrumentos de avaliação, acompanhamento das ações e busca por orçamento próprio para fomento das atividades (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 2).

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresentou uma carta à sociedade em que registra o seguinte conceito de extensão: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, p.1).

Após ser retirada da essencialidade das universidades brasileiras no período militar, a extensão retorna a compor o tripé universitário com a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 207 dispõe: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 123).

Também como fruto do FORPROEX temos a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), elaborada em Manaus/AM, em 2012, da qual podemos destacar a extensão como um processo interdisciplinar, cultural, científico e político, de interação da universidade com a sociedade (FORPROEX, 2012).

A Política Nacional de Extensão Universitária trouxe como um de seus desafios a garantia do perfil acadêmico da extensão. Este desafio começou a ser superado com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que estabeleceu como meta que um mínimo de 10% (dez por cento) do

total de créditos da graduação sejam destinados para atuação em programas e projetos de extensão voltados, prioritariamente, para áreas de pertinência social (BRASIL, 2014).

Dos pilares das universidades, a extensão foi o último a se consolidar como tal. Como vimos, até 1871 no mundo, e 1911 no Brasil, as universidades atuavam apenas no ensino e na pesquisa. Mesmo após mais de um século de práticas, a extensão ainda busca reconhecimento até mesmo acadêmico. Várias hipóteses são levantadas para explicar essa defasagem: seja por seu caráter interdisciplinar, ou por desenvolver-se fora dos portões da universidade, seja por ter um público heterogêneo que torna complexa sua execução, como levanta Paula (2013), ou porque o ensino e a pesquisa consomem muita carga horária, ou por comodismo ou falta de opção, como menciona Deus (2018).

Extensão na UFC

A Universidade Federal do Ceará é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Ela foi criada, em 16 de dezembro de 1954, pela Lei nº 2.373, contudo só foi instituída em 25 de junho de 1955. A UFC é composta por sete *campi*, quais sejam: *Campus* do Benfica, *Campus* do Pici e *Campus* do Porangabuçu, situados no município de Fortaleza (sede da UFC), e dos *campi* localizados no interior, *Campus* de Sobral, *Campus* de Quixadá, *Campus* de Crateús e *Campus* de Russas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020c).

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Extensão (Prex), unidade da UFC responsável por “articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, a fim de viabilizar trocas educativas, culturais e científicas com a Sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020b), foi fundada em 31 de janeiro de 1969.

De acordo com o Art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº. 06 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de 19 de setembro de 1989, considera-se atividades de extensão:

os serviços, as atividades de ensino e cultura desenvolvidas pelas Casas de Cultura Estrangeira e pelo Curso de Esperanto, a educação continuada, os

eventos artísticos, as ações culturais, científicas e tecnológicas que expressem relação entre Universidade e Sociedade, como consequência da articulação Ensino e Pesquisa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 1989, p. 1).

Nesse sentido, com o fim de fixar normas sobre as atividades de extensão da UFC, a Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014, prevê no Art. 3º que todas as atividades de extensão universitária devem ser classificadas em Áreas do Conhecimento, tendo como referência as definidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a saber: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia/Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Artes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2014).

Nos termos da mencionada resolução, as atividades de extensão também devem ser classificadas segundo a área temática principal. Outrossim, quando a atividade de extensão tiver relação com mais de uma área temática, opcionalmente, poderá ser classificada conforme a área temática secundária. O Art. 4º da dita resolução elenca, ao longo de seus incisos, as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Logo depois, o Art. 6º estabelece que as atividades de extensão devem configurar as seguintes modalidades: Programa, Projeto, Curso de Extensão, Evento de Extensão e Prestação de Serviço. A resolução esclarece ainda que os órgãos que representam os docentes, os técnico-administrativos e os estudantes podem propor e realizar atividades de extensão, desde que sob a responsabilidade de um professor e/ou de um técnico-administrativo de nível superior e que se cumpram as demais disposições da referida norma.

Mais recentemente, em 1º de dezembro de 2017, o CEPE deliberou a Resolução nº 28, a qual dispõe acerca da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFC. A mencionada resolução a define como a “inserção de ações de extensão na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no

qual esteja matriculado” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 1). Além disso, aduz que as ações de extensão podem corresponder a até 15% (quinze por cento) da carga horária total prevista para o curso de graduação.

Diante do exposto acima, percebe-se a relevância que as ações de extensão têm para a formação acadêmica do estudante, representando um percentual considerável em seu currículo. A referida norma destaca os benefícios que se espera com a exigência da participação dos alunos nas ações de extensão desenvolvidas pela UFC. Dentre elas estão o reforço da interação da Universidade com a sociedade, almejando “a impactos positivos nos âmbitos culturais, científicos, artísticos, educacionais, sociais, ambientais e esportivos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 2).

Por fim, a curricularização da extensão também visa à “geração de emprego e renda, de consultorias técnicas, de assistência à saúde, de empreendedorismo, de inovação e de projetos em consonância com as políticas públicas e com as demandas coletivas da sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 2).

3. Materiais e Métodos

A presente pesquisa é do tipo aplicada quanto à natureza, pois segundo Lakatos e Marconi (2017) tem como objetivo produzir conhecimentos para aplicação prática voltados à solução de problemas específicos. No que diz respeito aos objetivos, é descritiva, pois Prodanov (2013, p. 52) considera que “[...] tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador”. Possui

4. Resultados e Discussão

Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, qual seja identificar o perfil das ações extensionistas da UFC, foram analisadas as planilhas disponibilizadas pela Prex, as quais continham informações sobre as ações de extensões realizadas na Universidade. Estas foram classificadas por modalidade, *campus* e área temática, em seguida os dados foram relacionados, com o fim de expender o perfil extensionista da UFC.

abordagem quantitativa, pois consoante Gil (2018) utiliza recursos estatísticos para traduzir em números os resultados encontrados. Quanto aos procedimentos técnicos caracteriza-se como documental, pois usa material que não recebeu tratamento analítico; bibliográfica, visto que faz uso de material já publicado como artigos, livros e dissertações; e levantamento, tendo em vista que abordará as ações de extensão ativas realizadas pela Universidade Federal do Ceará em seus sete *campi* até 2019.

Utilizou dados de fontes secundárias, ou seja, de segunda mão, conforme Gil (2018) define que os documentos de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. Foram utilizadas as planilhas produzidas pela Pró-Reitoria de Extensão (Prex), intituladas de Códigos Ações Benfica, Códigos Ações Pici, Códigos Ações Porangabuçu e Códigos Ações Interior disponibilizadas e publicadas em seu site, das quais foram extraídas as seguintes informações de cada ação de extensão: modalidade, área temática e *campi* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020a).

Após a coleta dos dados secundários, estes foram tabulados em planilhas eletrônicas, fazendo uso da estatística descritiva.

Ademais, a pesquisa classificou as ações de extensão, de acordo com a Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014, que disciplina as Atividades de Extensão da Universidade Federal do Ceará. O estudo se aprofundou na classificação das referidas atividades de acordo com modalidade, *campus* e área temática.

Ações de extensão por modalidade

A Universidade Federal do Ceará teve cadastradas, em 2019, 941 ações de extensão, distribuídas em cinco modalidades: cursos, eventos, programas, projetos e prestação de serviço. De acordo com os dados compilados, das 941 ações de extensão cadastrada na Pró-reitoria de Extensão, 685 são projetos, que correspondem a 72,80% das ações de extensão; 131 são cursos, correspondendo a 13,92% das ações. Os programas somam 79, que representam 8,40% das ações de

extensões; os eventos totalizam 31, prestação de serviço soma 15 ações, correspondendo a 3,29%, enquanto a correspondendo a 1,59%, conforme Tabela 01.

Tabela 01 - Proporção de Ações de Extensão por Modalidade

Posição	Modalidade	Frequência	(%)
1º	Projeto	685	72,80
2º	Curso	131	13,92
3º	Programa	79	8,40
4º	Evento	31	3,29
5º	Prestação de Serviço	15	1,59
Total de Ações		941	100

Fonte: Dados da pesquisa(2020)

Este resultado já era esperado, visto que o projeto, em seu conceito, é a modalidade que permite maior abrangência de atividades. Considerando que a modalidade programa exige a confluência de mais de um projeto, e que as demais modalidades são significativamente breves, o cadastro de um projeto permite a execução dos trabalhos pretendidos pelo corpo acadêmico.

A predominância da modalidade projeto também foi observada no estudo sobre as ações de extensão do Instituto Federal do Ceará (IFCE), elaborado por Sousa (2018), que levanta a hipótese de que a preferência sobre os projetos se dá pela

familiaridade dos professores com o termo, visto que é utilizado também no eixo pesquisa como “projeto de pesquisa”. O autor aponta ainda a confluência do termo “projeto” em normativas do Ministério da Educação.

Ações de extensão por campus

A UFC é composta por sete *campi*, denominados *Campus* do Benfica, *Campus* do Pici, *Campus* do Porangabuçu, *Campus* de Sobral, *Campus* de Quixadá, *Campus* de Crateús e *Campus* de Russas. A Tabela 02 mostra um panorama da distribuição das 941 ações de extensão cadastradas na Prex, distribuídas em seus *campi*.

Tabela 02 - Ações de Extensões por *Campus*

<i>Campus</i>	Frequência	(%)
Porangabuçu	307	32,62
Benfica	263	27,95
Pici	196	20,83
Sobral	94	9,99
Russas	31	3,29
Crateús	25	2,66
Quixadá	25	2,66

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com a Tabela 02, constata-se que o *campus* com o maior número de ações cadastradas é o Porangabuçu com 307 ações, correspondendo a 32,62% do total. O *Campus* do Benfica, com 263 ações, representa 27,95% da totalidade; e o *Campus* do Pici, com 196, reflete 20,83%. Os *campi* de Sobral, Russas, Crateús e Quixadá totalizam 175 ações

cadastradas, representando 18,60% do total das ações da UFC.

A preeminência do Porangabuçu pode ser justificada por estarem lá centrados os cursos da área de Saúde, que são necessariamente os que têm maior contato direto com a população. Os últimos quatro *campi* apresentam números significativamente inferiores em função de

serem de criação recente, menores em número de cursos e alunos.

O número de ações realizadas nos *campi* do interior reforça a importância do objetivo proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de

fortalecer a extensão universitária nestas unidades.

A Tabela 03 demonstra um panorama com as 941 ações de extensão cadastradas na Prex, distribuídas em seus *campi* por modalidade.

Tabela 03 - Ações de Extensão da UFC - *Campi* x Modalidade

Modalidade	Benfica	Pici	Porangabuçu	Crateús	Quixadá	Russas	Sobral	TOTAL
Projeto	146	156	240	24	23	18	78	685
Curso	76	14	29	-	-	11	5	135
Programa	28	13	22	1	2	1	11	78
Evento	11	10	9	-	-	-	-	30
Prestação de Serviço	2	3	7	-	-	1	-	13
TOTAL	263	196	307	25	25	31	94	941

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na Tabela 03, pode-se observar a presença predominante da modalidade projeto em todos os *campi* da UFC. Destaca-se também um número relativamente elevado de cursos nos *campi* do Benfica e de Russas, com as quantidades de 76 e 11 cursos, respectivamente. A modalidade de prestação de serviços não foi registrada nos *campi* de Crateús, Quixadá e Sobral, registrando o máximo de sete ações no *Campus* Porangabuçu.

A prestação de serviços é a modalidade que mais exige o cumprimento de formalidades, como registro de convênios, contratos, acordos ou ajustes com instituições da sociedade. Além disso,

demandam aprovação prévia em instâncias acadêmicas e administrativas da UFC, consolidação de relatórios finais, e prestação de contas financeiras (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2008).

Ações de Extensão por área temática

Na UFC, as ações de extensão estão subdivididas em oito categorias de acordo com a área temática abordada pela ação, as quais são: Saúde, Educação, Tecnologia e Produção, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Comunicação e Trabalho. A Tabela 04 apresenta as 941 ações da UFC de acordo com a sua área temática.

Tabela 04 - Ações de Extensão por Área Temática

Posição	Área Temática	Frequência	(%)
1º	Saúde	414	44,00
2º	Educação	242	25,72
3º	Tecnologia e Produção	87	9,25
4º	Cultura	66	7,00
5º	Direitos Humanos e Justiça	43	4,57
6º	Meio Ambiente	37	3,93
7º	Comunicação	33	3,51
8º	Trabalho	19	2,02
TOTAL		941	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Analisando a Tabela 04, foi possível fazer um *ranking* das ações de extensões por área temática, na qual a que apresenta maior frequência é a área da Saúde, seguida da Educação e em terceiro a Tecnologia e Produção. Em quarto lugar, está a área da Cultura; em quinto, Direitos Humanos e Justiça; e em sexto, Meio Ambiente. A área da Comunicação ocupa a sétima colocação e por último a área do Trabalho. A predominância

da área da Saúde, que corresponde a 44% das ações da UFC, é consoante com a justificativa proposta por Anjos (2014) sobre o número maior de ações de extensão na área, que seria favorecida por ser uma área com amplo campo de ação voltado para a atenção à população.

Pode-se montar um cenário das ações de extensão da UFC de acordo com os seus *campi* e áreas temáticas, conforme Tabela 05.

Tabela 05 - Ações de Extensão da UFC - *Campi* x Área Temática

Área Temática	Benfica	Pici	Porangabuçu	Crateús	Quixadá	Russas	Sobral	TOTAL
Comunicação	13	12	-	2	4	1	1	33
Cultura	34	28	-	-	-	1	3	66
Direitos Humanos e Justiça	36	5	-	1	-	-	1	43
Educação	135	56	-	5	10	16	21	243
Meio Ambiente	6	24	-	5	-	-	2	37
Saúde	26	22	307	2	1	1	55	414
Tecnologia e Produção	4	45	-	10	10	12	5	86
Trabalho	9	4	-	-	-	-	6	19
TOTAL	263	196	307	25	25	31	94	941

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A informação que mais chama a atenção na Tabela 05 são as ações do *Campus* do Porangabuçu, por todas pertencerem à área da Saúde. Isso acontece devido ao fato de que no *Campus* citado se concentram os cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem.

5. Conclusão

O presente estudo possibilitou, mediante uma análise quantitativa, traçar o perfil das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Ceará, por meio das perspectivas: modalidade, *campus* e área temática.

A pesquisa identificou que a modalidade de ação de extensão predominante é projeto. Quanto ao número de ações de extensão por *campus*, observou-se que o *Campus* Porangabuçu é o mais atuante, seguido de perto por Benfica e Pici.

Quanto à área temática, identificou-se a área da Saúde como predominante. A justificativa seria o maior contato dos cursos da Saúde com a sociedade. A análise de área temática por *campi* só se torna relevante para os *campi* do interior, visto que na capital há distribuição dos tipos de curso por *campus*: Ciências da Saúde no Porangabuçu; Ciências Exatas no Pici; e Ciências Humanas no Benfica. Já no interior, onde há diversidade maior de cursos, tornam-se relevante, além da Saúde, as áreas de Educação e Tecnologia e Produção.

A caracterização das ações de extensão proporciona a identificação dos *campi* e áreas temáticas mais atuantes. Tais resultados podem guiar estratégias da Universidade para continuar incentivando os setores e áreas mais atuantes, bem como buscar entender as dificuldades para se ampliar as ações de extensão nos demais setores em que há potencial não aproveitado.

Submetido: 06/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.44439

REFERÊNCIAS

ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos. **Fronteiras na construção e socialização do conhecimento científico e tecnológico: um olhar para a extensão universitária**. 2014. Tese. (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123323>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DEUS, Sandra de Fátima Batista. A extensão universitária e o futuro da universidade. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo/RS, v.25, n.3, p.624-633, 2018. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 21 abr. 2020.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Documento final**. Brasília: FORPROEX, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3aspYEo>. Acesso em 20 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.]. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; VIEIRA, Carina Silva. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, Londrina, v.8, n. 15, p. 269-291, jan./jun. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3atIFrm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUSA, José Elieudo Nascimento de. **Extensão universitária: O panorama do Instituto Federal do Ceará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36636/1/2018_dis_jensousa.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Ações de Extensão**. 2020a. Disponível em: <https://prex.ufc.br/acoes/page/2/?limit>. Acesso em: 24 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Apresentação Pró-Reitoria de Extensão**. 2020b. Disponível em: <https://prex.ufc.br/sobre/apresentacao/>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **A Universidade – início**. 2020c. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014**. Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/cepe/resolucao_cepe_2014/resolucao04_cepe_2014.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Resolução nº 06/CEPE, de 19 de setembro de 1989**. Fortaleza, 1989. Disponível em: <https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2016/12/ufc-cepe-resolucao-06-19set1989-regulamentaacoesextensionistas.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Resolução nº 28/CEPE, de 1º de dezembro de 2017**. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/cepe/resolucao_cepe_2017/resolucao28_cepe_2017.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho Universitário – CONSUNI. **Resolução nº 01/CONSUNI, de 18 de março de 2008**. Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://prex.ufc.br/wp->

content/uploads/2016/12/ufc-consuni-resolucao-01-18mar2008-disciplinaprestacaodeservicos.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022.** Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano_desenvolvimento_institucional/pdi_2018_2022_pub_2018_05_17.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.